



|                    |   |
|--------------------|---|
| <b>PROCESSO</b>    | Processo de notificação preventiva n.º 1000012185/2015.             |
| <b>INTERESSADO</b> | Washington Messias Rodrigues de Lima, registro no CAU n.º A77271-2. |
| <b>ASSUNTO</b>     | Ausência de RRT de execução de obra.                                |

**DELIBERAÇÃO CEP-2015-040-03**

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL – CEP-CAU/DF –, reunida extraordinariamente em Brasília-DF, na sede do CAU/DF, no dia 30 de março de 2015, no uso das competências que lhe conferem o Regimento Interno do CAU/DF conforme artigo 21, XI e art. 31, III, V e VI após análise do assunto em epígrafe, e:

Considerando a lavratura da notificação preventiva e posterior auto de infração n.º 1000012185/2014, referente à ausência de Registro de Responsabilidade Técnica – RRT – de execução de obra de reforma do apartamento n.º 1109 do Edifício Madison, localizado em Águas Claras, em desfavor do arq. e urb. Washington Messias Rodrigues de Lima, CAU n.º A77271-2;

Considerando que o arq. e urb. Washington Messias não apresentou defesa perante a Comissão de Exercício Profissional do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal – CEP-CAU/DF –, no prazo legal de 10 (dez) dias, conforme determina o inciso VII do art. 16 da Resolução n.º 22 do CAU/BR;e

Considerando o art. 21 da Resolução n.º 22 do CAU/BR, que determina que “a Comissão de Exercício Profissional do CAU/UF julgará à revelia a pessoa física ou jurídica autuada que não apresentar defesa tempestiva ao auto de infração, sendo garantido amplo direito de defesa nas fases subsequentes do processo”;

**DELIBEROU, POR UNANIMIDADE:**

1. Por acatar o voto do Conselheiro Relator no sentido de manter o auto de infração e aplicar, à pessoa jurídica autuada por infração à legislação profissional, multa no valor de R\$ 212,49 (duzentos e doze reais e quarenta e nove centavos), conforme dispõe o artigo 50ª da Lei n.º 12.378, de 31 de dezembro de 2010; e
2. Por oficiar o interessado para que regularize a situação que ensejou a lavratura do auto de infração e tome ciência da penalidade que lhe foi imposta.

Brasília - DF, 30 de março de 2015.

**ELZA KUNZE**

Membro

\_\_\_\_\_

**RICARDO MEIRA**

Membro

\_\_\_\_\_

**ROGÉRIO MARKIEWICZ**

Membro

\_\_\_\_\_

**TONY MALHEIROS**

Membro

\_\_\_\_\_